

ISSN: 1981-4755

Vol. 13 nº 24

1º Sem. 2012

p. 143 - 160

**POSSÍVEIS  
CONTRIBUIÇÕES DA  
ANÁLISE CRÍTICA  
DO DISCURSO PARA  
O ENSINO DE  
PORTUGUÊS**

POSSIBLE CONTRIBUTIONS  
OF CRITICAL DISCOURSE  
ANALYSIS TO THE TEACHING  
OF PORTUGUESE

OLIVEIRA, Luciano Amaral<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Língua Portuguesa na Universidade Federal da Bahia, autor de *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática* (Parábola, 2010) e de *Manual de Semântica* (Vozes, 2008).

**RESUMO:** Este ensaio aborda as contribuições que a Análise Crítica do Discurso pode oferecer ao ensino de português, principalmente no que diz respeito à formação do leitor. A desconstrução do mito da neutralidade científica, e suas implicações para a leitura, é a primeira contribuição a ser apresentada. Em seguida, discute-se a necessidade de se conscientizar os estudantes de português acerca da opacidade discursiva que caracteriza os textos que circulam socialmente. Finalmente, o desenvolvimento da capacidade de leitura crítica dos estudantes de português é discutida e a análise crítica de um texto jornalístico é feita a título de exemplificação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise Crítica do Discurso; ensino de português; formação do leitor.

**ABSTRACT:** This essay tackles the contributions that Critical Discourse Analysis can offer to the teaching of Portuguese, especially in terms of reader formation. The deconstruction of the myth of scientific neutrality, and its implications to reading, is the first contribution presented. Next, the need of making Portuguese students aware of the discourse opacity that characterizes the texts that circulate socially is discussed. Finally, the development of the capacity of critical reading of Portuguese students is discussed and an analysis of a journalistic text is carried out by way of exemplification.

**KEY-WORDS:** Critical Discourse Analysis; Portuguese teaching; reader formation.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há algum tempo, foi-me feita a seguinte pergunta: o que quer e o que pode a análise de discurso? Foi uma pergunta complicada, provocativa. Comecei a refletir sobre quem faz análise de discurso e sobre qual análise de discurso eu deveria falar em uma resposta àquela pergunta. Recebi, então, que seria uma tarefa árdua responder o que quer e o que pode a análise de discurso por duas razões. A primeira é o fato de o termo *análise de discurso* englobar propostas teóricas distintas que têm em comum um conceito de discurso as atravessando e um distanciamento em relação ao núcleo duro da linguística. A segunda razão é a dificuldade de comentar sobre o que quer e o que pode um campo teórico

que abriga um grupo heterogêneo de estudiosos.

Neste ensaio, compartilho com os leitores a minha resposta. Decidi restringir minhas reflexões à Análise Crítica do Discurso para tornar a minha tarefa mais palatável, embora não menos desafiadora, pois esse campo de estudos abraça um número razoável de estudiosos que se aproximam em muitos pontos e se distanciam mais ou menos em outros. Assim, abordo aqui as possibilidades que a Análise Crítica do Discurso oferece ao professor de português, pois é desse lugar que eu falo. São possibilidades que podem contribuir para a formação de leitores críticos.

## DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA

A primeira contribuição possível é a desconstrução do mito da neutralidade científica. O pesquisador, não importa a área em que se encontre, não é neutro. Ao escolher seu objeto de pesquisa e a forma de abordá-lo, ele é, conscientemente ou não, movido por seus valores. Por isso, é necessário que o professor ajude seus alunos a desmistificarem a tão propalada neutralidade científica e a suposta neutralidade dos textos científicos e acadêmicos. E a Análise Crítica do Discurso mostra que nenhum pesquisador é neutro, pois ele traz para sua pesquisa toda a sua história pessoal, política, acadêmica, religiosa e cultural, mesmo que de forma inconsciente. Afinal, os resultados de qualquer pesquisa são interpretações de dados e de observações, as quais dependem de quem as realize.

Por essa razão, os analistas críticos do discurso assumem abertamente que fazem pesquisa engajada, politicamente comprometida e voltada para o benefício de grupos de pessoas que sofrem as consequências das relações desiguais de poder, como, por exemplo, as mulheres, os índios, os negros e os homossexuais. A consequência disso, como

lembra Gunther Kress, é que a Análise Crítica do Discurso “afirma-se abertamente política e, portanto, potencialmente polêmica” (apud PEDRO, 1997, p. 24).

Não por acaso, redijo este texto usando a primeira pessoa do singular, marcando o lugar de minha fala. Eu recuso tanto a ideia da suposta neutralidade científica amalgamada no uso da insossa terceira pessoa quanto a alternativa ambígua e confusa do uso da primeira pessoa do plural.

Com o intuito de ajudar meus alunos a desconstruírem o mito da neutralidade científica e acadêmica, eu lhes mostro que a realidade é uma construção social e que ela não existe independentemente de nós. O que é real para nós é uma construção nossa e pode não ser considerado real por outras pessoas, por outros grupos sociais. Isso significa que tal construção é mais ou menos influenciada por outras pessoas e por instituições ao longo de nossas vidas. A implicação disso é clara: todas as pessoas interpretam o mundo à sua maneira, que pode se assemelhar muito ou pouco às interpretações das outras pessoas, a depender da aproximação ou do distanciamento entre suas culturas e histórias de vida. Em outras palavras, as verdades são construtos sócio-culturais.

O corolário pedagógico desse raciocínio é que nenhum pesquisador é imparcial perante seu objeto de estudo. Logo, lembrar aos estudantes que a língua não é neutra e que o pesquisador usa essa língua para representar seu objeto e suas observações em textos é um passo importante para conscientizá-los de que nenhum texto é neutro, inclusive os textos científicos, tradicionalmente vistos como imparciais. E se nenhum texto é neutro, os estudantes precisam estar sempre alertas no momento em que interagem com textos para que possam fazer leituras alternativas que iluminam a opacidade textual, buscando nas entrelinhas o não dito.

O engajamento político está estreitamente relacionado com a palavra *crítica*, que, conforme esclarece Norman Fairclough, “implica mostrar conexões e causas que estão

ocultas; implica também intervenção – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 28). Suas palavras reafirmam o engajamento do analista crítico do discurso e revelam a necessidade de se lerem criticamente os textos que circulam socialmente para revelar sua opacidade e seus efeitos de sentido.

## CONSCIENTIZAÇÃO ACERCA DA OPACIDADE DO DISCURSO

Outra contribuição da Análise Crítica do Discurso para o ensino de português, estreitamente vinculada à anterior, é possibilitar ao professor ajudar os estudantes e membros da comunidade não acadêmica (por meio de publicações voltadas para o público em geral) a perceberem que o discurso é opaco, que as entrelinhas textuais e as escolhas léxico-sintáticas dos produtores de textos mascaram ideologias. Tal percepção é importante porque, ainda seguindo Fairclough (2008), os discursos refletem e, mais do que isso, constroem relações sociais em diversos níveis: eles podem provocar guerras, quebrar bolsas de valores, separar casais, causar litígios jurídicos, preservar e destruir o meio ambiente, salvar vidas. A capacidade de refletir e de construir relações sociais confere aos discursos um poder inquestionável. Logo, quem detém o poder de elaborar e, principalmente, de fazer circular publicamente seus discursos tem o controle sobre quais informações e fatos aqueles que não possuem esse poder têm acesso, possibilitando ações manipulatórias.

E por falar em ações manipulatórias, Philippe Breton nos fornece uma definição interessante: “Manipular consiste de fato em construir uma *imagem* do real que tenha a aparência de *ser* o real” (BRETON, 1999, p. 15, grifos do autor). E o real não precisa ser real. Como são os discursos que criam as

realidades, quem detém o acesso ao discurso público tem o poder de influenciar os outros na construção de realidades, mesmo que elas não sejam empiricamente reais, exatamente como fazem a escola, as igrejas, os sindicatos, as universidades e os meios de comunicação.

Teun van Dijk não nos deixa esquecer que muitas das formas de poder no mundo contemporâneo “devem ser definidas como poder *simbólico*, isto é, em termos do acesso preferencial a – ou controle sobre – o discurso público” (DIJK, 2008, p. 23, grifo do autor). Por ser simbólico, o poder se concretiza nos discursos, geralmente de forma implícita. É nessa implicação que se esconde a manipulação, que precisa ser cutucada para sair do seu esconderijo e mostrar sua face.

Neste ponto, vale a pena ilustrar essa questão com um texto que circulou no Brasil em janeiro de 2009, mês em que ocorreu uma tragédia que tomou conta da sede da igreja Renascer em Cristo, em São Paulo: o teto desabou em cima dos fiéis, matando nove pessoas e ferindo mais de cem. Como não havia tempestade, terremoto, tornado ou ataques terroristas para explicar aquele desabamento, era óbvio que havia alguma coisa muito errada com a construção do prédio. Naquele mesmo dia, a dona e o dono da igreja, que estavam presos nos Estados Unidos por tentarem entrar no país com dinheiro escondido na *Bíblia*, sem declará-lo às autoridades alfandegárias, emitiram a seguinte nota de pesar: “Foi uma grande fatalidade o que ocorreu. Não sabemos o motivo. Mas há de haver um propósito para tal sofrimento” (apud OLIVEIRA, 2010, p. 139).

Fiéis ingênuos fizeram uma leitura rasa desse texto e se sentiram tocados pela aparente preocupação dos donos da igreja em relação às vítimas. Contudo, leitores mais atentos, sabendo que aquele discurso estava partindo de dois criminosos confessos, que usaram a *Bíblia* como esconderijo do dinheiro e cuja credibilidade havia sido espatifada pelas autoridades estadunidenses, não deixaram de enxergar o

propósito dos autores da nota: se eximirem da culpa pelo incidente. Isso é visto na escolha da palavra *fatalidade*, que implica que não existe uma razão conhecida para a tragédia, implicação essa reforçada não apenas pelo segundo período da nota, aparentemente desnecessário por ser redundante, mas também pelo último período, em que a bispa e o apóstolo colocam a culpa, em última análise, nas vítimas, que sofreram por um propósito, provavelmente o de expiarem seus pecados perante Deus. A preocupação com o bem-estar dos fiéis, no fim das contas, era apenas aparente.

Os fiéis ingênuos provavelmente não se atentaram para a escolha lexical dos donos da igreja no primeiro período da nota, nem para a redundância semântica do segundo período frente à palavra *fatalidade*, nem para a leitura alternativa que pode ser feita do último período. Aliás, eles, provavelmente, seguem dando dinheiro à Renascer em Cristo, algo que poderia não estar acontecendo se eles tivessem feito leituras alternativas à nota de pesar e às ações dessas duas pessoas.

Episódios discursivos como esse evidenciam a importância de incentivar estudantes e membros da comunidade não acadêmica a lerem nas entrelinhas dos textos, a perceberem a opacidade dos discursos, a desconfiarem da possibilidade sempre presente de manipulação por meio dos discursos que circulam nos diversos gêneros textuais.

Tornar as pessoas mais alertas aos textos que leem e ouvem passa por um ponto crucial para a Análise Crítica do Discurso: a desnaturalização dos discursos. Os discursos naturalizados são aqueles tomados como parte do senso comum que veiculam ideologias explicitamente ou, o que é mais comum, nas suas entrelinhas. E quando os discursos se tornam naturalizados, sua opacidade é elevada, tornando mais difícil para as pessoas fazerem leituras alternativas, *i.e.*, leituras críticas.

Discursos preconceituosos produzem e reproduzem relações desiguais de poder na medida em que reforçam

aspectos negativos dos grupos sociais representados de forma preconceituosa. Por essa razão, desnaturalizar esses discursos é uma tarefa importante para a Análise Crítica do Discurso.

Os discursos naturalizados são comumente veiculados em ditados, piadas e brincadeiras. Por exemplo, a frase “Mulher no volante, perigo constante” reproduz a ideia de que as mulheres são más motoristas (embora o seguro automotivo para mulheres seja mais barato do que o seguro automotivo para homens, fato que aponta para quem é o verdadeiro mau motorista). Essa e outras imagens negativas das mulheres permeiam uma sociedade que populariza músicas que as objetificam sexualmente, reforçando a imagem que o Brasil construiu de destino de turismo sexual, retratada em panfletos e folders turísticos que exibem mulheres bronzeadas de biquíni à beira mar. Piadas e brincadeiras com homossexuais, como aquela música de Tiririca que tem o verso “Ele é boiola, mas é meu amigo”, reproduzem uma ideologia homofóbica que, assim como a sexista, é inerente ao pensamento cristão, presente por aqui desde a sangrenta conquista portuguesa das terras brasileiras.

O professor de português precisa alertar seus alunos a esse respeito, principalmente para o fato de que os textos jornalísticos e escolares também reproduzem e reforçam discursos naturalizados. Assim, seus alunos ficarão alertas para os textos que os professores de outras disciplinas usam em sala de aula. Um exemplo disso é o livro de história do Brasil que usei na sétima série em 1977. Seu autor, Armando Souto Maior, afirma que “os tupis eram apenas andrófagos, nunca devorando mulheres, certamente por não desejarem adquirir qualidades e virtudes femininas” (SOUTO MAIOR, 1974, p. 34). O discurso indigenofóbico se reforça no silenciamento sobre a razão cultural do ritual canibalístico, que acaba sendo usado, como o modalizador *certamente* evidencia, para reforçar a ideia de inferioridade da mulher,



que, segundo Souto Maior, possui características que o homem não deseja possuir. Se o professor de história que usar esse livro não problematizar essas questões com seus alunos, ele estará reforçando tanto a indigenofobia quanto o sexismo.

## DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE LEITURA CRÍTICA

Van Dijk (2009) dá uma contribuição excelente no sentido de informar a respeito de três elementos que devem ser analisados nos textos pelo analista crítico do discurso: o contexto, as macroestruturas semânticas e as microestruturas semânticas. Do ponto de vista pedagógico, esses elementos podem contribuir muito para o professor auxiliar os estudantes na tarefa de desenvolverem uma competência crítica de leitura.

O contexto diz respeito aos sujeitos e às instituições envolvidas na produção e na recepção do texto, e envolve também o momento e o local da produção e da recepção. Um texto produzido por uma pessoa racista no Brasil na virada do século XIX para o XX tem marcas diferentes das de um texto produzido por uma pessoa racista no Brasil de hoje. Por exemplo, o médico Nina Rodrigues assim se refere aos negros e mestiços baianos quando critica as pesquisas científicas que ignoram ou não querem ver a grande quantidade de adeptos do candomblé:

A previsão de que não devia ser assim decorre do conhecimento das condições mentais que exige a adoção de cada crença religiosa, junto à incapacidade física das raças inferiores para as elevadas abstrações do monoteísmo (RODRIGUES, 2005 [1900], p. 7).

Atualmente, ninguém pode mais produzir um texto no Brasil em que se refere aos negros e aos mestiços como raças inferiores sem sofrer consequências jurídicas sérias. O racismo

tende a ser reproduzido nos discursos de forma implícita, escondido nas entrelinhas.

As macroestruturas semânticas para as quais os estudantes precisam ser alertados são exatamente os temas e os tópicos abordados no texto, pois eles são geralmente intencionais e conscientemente controlados pelo autor. Por que, por exemplo, a revista *Veja* publicou, em maio de 2010, uma matéria sobre jovens homossexuais? Será que, sendo essa revista notoriamente tão conservadora, burguesa e preconceituosa, podemos acreditar em um interesse exclusivamente jornalístico por parte dos autores da matéria? Esse tipo de questionamento deve ser incentivado na sala de aula para que os estudantes fiquem mais alertas sobre os temas que jornais, revistas e telejornais escolhem abordar.

Já as microestruturas semânticas a serem analisadas são as palavras, as estruturas sintáticas e as metáforas escolhidas pelo produtor textual. Esses elementos precisam ser analisados porque veiculam determinados sentidos e não outros. Os estudantes precisam estar alertas para o fato de um mesmo evento ser noticiado em jornais diferentes com escolhas lexicais bem distintas. Por exemplo, em 26 de junho de 2007, cerca de 1500 pessoas, entre as quais havia trabalhadores rurais, índios e membros do Movimento dos Sem-Terra, protestaram contra a transposição do Rio São Francisco. No dia seguinte, o *Correio da Bahia*, o segundo principal jornal de Salvador, divulgou, em sua manchete, que “Trabalhadores invadem fazenda e barram transposição”; e o principal jornal soteropolitano, o *A Tarde*, divulgou, em sua primeira página, que “Sem-Terra ocupam fazenda para protestar contra transposição” (OLIVEIRA, 2008, p. 155). Os sentidos e as implicações ideológicas dos verbos *invadem* e *ocupam* são importantes, e as implicações de escolhas lexicais como essas não podem deixar de ser percebidas por um leitor crítico, atento.

As estruturas sintáticas também veiculam escolhas ideológicas do produtor textual. Um exemplo disso é a não revelação dos agentes detentores do poder nos textos jornalísticos quando eles estão envolvidos em alguma situação negativa. Assim, a razão de se afirmar que “12 manifestantes morreram durante um piquete feito na porta da fábrica” é bem diferente da razão de se afirmar, sobre o mesmo episódio, que “os seguranças da Fórmula 1 Pneus mataram 12 trabalhadores que faziam um piquete na porta da fábrica”. Quando o agente não revelado é de um grupo sem poder, isso se deve ao fato de o autor do texto não querer dar visibilidade a esse membro em uma situação negativa por ele criada. Diferentemente, quando o agente de uma ação vista como negativa é um membro de grupos subalternos, ele não só é explicitado no texto como ainda tem sua foto publicada.

Vejamus um exemplo de uma análise crítica que o professor de português pode fazer de um texto publicado em uma revista de opinião de grande circulação no Brasil. No que diz respeito ao contexto, os estudantes precisam ser informados que o texto foi publicado em 16 de janeiro de 2008 pela revista *Veja*. Além disso, eles precisam saber que a pessoa que escreveu o texto, do gênero artigo de opinião, é relevante, mas é mais relevante ainda a posição de sujeito ocupada por essa pessoa, no caso, o colunista Roberto Pompeu de Toledo: a de locutor de um meio de comunicação elitista, burguês, conservador e preconceituoso. Essa contextualização é importante para que os estudantes entendam a necessidade de estarem alertas ao lugar de onde o discurso parte, pois é um lugar de valores ideológicos determinados.

Quanto às macroestruturas semânticas, é importante notar que o texto tem como tema central, pelo menos aparentemente, a participação de Hillary Clinton e de Barack Obama nas eleições para presidente dos Estados Unidos. Além disso, o texto traz como tópicos a dificuldade

enfrentada por uma mulher ou por um negro para ocuparem um cargo de poder. Para Toledo (2008), a presidência do Tio Sam exige muito mais de uma mulher e de um negro do que “se costuma exigir”. As entrelinhas aí começam a informar sobre a posição sexista e racista do autor e, por extensão, da *Veja*. Afinal, por que o costume seria exigir-se menos dos homens e das pessoas brancas? Ele não problematiza essa questão, dando-lhe um aspecto de natural, normal.

As microestruturas semânticas entram em cena na análise desse texto. Toledo (2008, p. 106) afirma, a respeito de Clinton e de Obama, que “Ser mulher e ser negro lhes é permitido, o.k., disso eles não podem fugir – mas nada de exagerar”. O autor coloca o ser mulher e o ser negro como concessões feitas por um agente apagado na voz passiva. Além disso, ele afirma explicitamente que ser mulher e ser negro são coisas das quais Clinton e Obama, respectivamente, “não podem fugir”, deixando transparecer uma visão essencialista em relação às questões de gênero e às questões étnicas.

E o que pode ser entendido a partir de “mas nada de exagerar”, contido no trecho citado acima? Ora, Clinton tem a permissão (de quem? do sistema? das elites?) para ser mulher, mas não muito mulher; Obama tem a permissão para ser negro, mas não muito negro. Essa interpretação é corroborada pelas seguintes palavras de Toledo (2008, p. 106): “Saber até onde pode ser mulher, num caso, e até onde cai bem ser negro, no outro – eis um desafio visceral”. Notem-se aí as escolhas lexicais: quando fala do ser mulher, ele fala de limites (“até onde pode ser”), mas quando fala do ser negro, ele fala de etiqueta social (“até onde cai bem ser”). Fica implícito aí que, para ele, a posição de poder deve ser ocupada por um homem branco. Por isso, se uma mulher desejar ocupá-la, deve construir uma identidade de homem que a torne menos mulher; e, se um negro deseja ocupá-la, deve construir uma identidade de branco que o torne menos

negro. Contudo, ele não se posiciona contrariamente a essa ideia, o que a reforça mais ainda.

Mas como fazer tais construções identitárias senão abraçando-se os valores favoráveis aos homens e aos brancos? Não por acaso, Toledo se refere a Margaret Thatcher como “a menos mulher de todas as mulheres”, referência que traz no seu interdiscurso o comentário que Ronald Reagan fez, em 1981, chamando Thatcher de “o melhor homem da Inglaterra”.

Toledo (2008) não deixa dúvidas a esse respeito: “Hillary, ao decidir se lançar na carreira política, decidiu simultaneamente renunciar à condição de mulher”. Aí já não é mais o caso de apenas construir uma identidade de homem, mas de abandonar a identidade de mulher. Em outras palavras, seguindo o raciocínio do jornalista, uma mulher não pode ocupar a presidência dos Estados Unidos. O trecho a seguir não deixa dúvida acerca da posição sexista do jornalista, legitimada pela *Veja*:

No Senado, seu mais famoso voto, pelo qual hoje é insistentemente cobrada – o de apoio à invasão do Iraque –, foi voto de macho. Se fosse homem, talvez se permitisse votar contra. Sendo mulher, nunca. O voto contra poderia ser interpretado como fraqueza de mulherzinha (Toledo, 2008, p.106, grifos meus).

Há três coisas a se mencionar sobre esse trecho. Em primeiro lugar, o fato de as escolhas lexicais serem reveladoras. A palavra *macho* tem uma conotação positiva na sociedade sexista brasileira, construindo uma imagem positiva do homem. A palavra *mulherzinha* traz o aspecto pejorativo no seu diminutivo e é associada sintagmaticamente a *fraqueza*, construindo uma imagem negativa da mulher. Em segundo lugar, Toledo omite o fato de que nem todos os homens do Senado do Tio Sam votaram? votado a favor da invasão do Iraque, o que significa que o voto de Clinton não tem nada a ver com o fato de ela ser mulher. Por fim, ele constrói uma

imagem de desonesta ou de covarde para Clinton na medida em que deixa transparecer que ela queria votar contra, mas não o fez por não ser homem.

Toledo (2008) comenta um episódio em que Clinton ficou com os olhos marejados em uma entrevista, fato que, segundo ele, apavorou os assessores da candidata: “Um homem ficar com os olhos rasos de lágrimas se tolera. Já uma mulher vira mulherzinha. Como pode uma pessoa dessas governar a maior das potências?” (grifos meus). Novamente, escolhe o diminutivo pejorativo. Ele tenta dar mostras de que está ironizando a reação dos assessores, pois, em seguida, lembra que esse episódio fez a candidatura de Clinton se fortalecer no estado onde chorou, New Hampshire, republicano e, por isso mesmo, extremamente conservador. Contudo, sua tentativa não passa de tentativa, pois ele acaba se traindo ao afirmar que o choro mostrou Clinton “humana e mulher” e ao fazer uma ressalva logo em seguida:

Mas isso não quer dizer que Hillary deva sair chorando pela campanha eleitoral afora. Indica apenas que nem sempre é preciso ficar em guarda contra a condição de mulher, ou contra manifestações que o estereótipo dá como femininas e condena como incompatíveis com o exercício de poder (Toledo, 2008).

Ora, o discurso macho-normativo é bem claro nesse trecho. Hillary Clinton, para exercer um cargo de poder precisa se comportar como um homem, mesmo que “nem sempre” precise “ficar em guarda contra a condição de mulher”, o que significa que ela precisa ficar em guarda de vez em quando contra essa condição.

Quanto a Obama, Toledo o chama de o “negro mais negro que jamais frequentou a política americana”, embora seja mulato. Percebe-se aí a opção do jornalista por focar a cor da pele do então candidato à presidência dos Estados

Unidos. Ele inclusive comenta que a “mulher de Obama é negra, ou mulata, como ele. Quer dizer: o sucesso não o levou a aderir ao padrão Pelé de certos negros brasileiros bem-sucedidos” (Toledo, 2008, p. 106). Vale notar que, em momento algum, ele fala da cor da pele de Clinton, o que implica que branco é uma cor normal, natural, e, por isso, não precisa ser mencionada ou problematizada quanto às suas nuances, como ele faz com “a mulher de Obama”, cujo nome sequer menciona, negando-lhe um aspecto identitário importante.

Nesse trecho citado, a importância da análise das macroestruturas semânticas se revela: o jornalista aproveita o espaço para fazer críticas ao fato de “certos negros brasileiros bem-sucedidos” não se casarem com negras ou mulatas, introduzindo um tópico que foge ao tema do texto. Esse discurso de segregação é bem curioso por nos remeter à sociedade estadunidense da primeira metade do século XX em que era proibido, por lei, que duas pessoas se casassem, caso uma fosse branca e a outra negra. Essa estratégia de mudança de tópico é repetida logo em seguida quando o colunista, revelando sua veia religiosa intolerante, comenta que “Obama converteu-se ao cristianismo, mas a família paterna é mulçumana”, sem problematizar esse comentário aparentemente descabido sobre a família paterna do candidato. Note-se que esse comentário, em uma aula de produção textual, seria qualificado como quebra de coerência local. Mas o colunista sabe o que faz.

Toledo trata de caracterizar a identidade de Obama pelos valores que ele supostamente não defende, afirmando que ele está bem distante do “negro típico da política americana”. E o que seria esse negro típico? “O típico é o militante dos direitos civis”. O jornalista comenta uma piada, – que, vale lembrar, é um dos meios de se naturalizarem discursos preconceituosos – contada por um assessor de Hillary Clinton, segundo a qual Bill Clinton é mais negro

do que Obama porque “Com certeza Clinton já teve mais mulheres negras do que Obama”. Toledo compactua com a mensagem dessa piada ao afirmar que “Era uma piada, claro, mas uma piada saída do fundo do coração”, arrematando que “Obama é um negro que toma suas distâncias da política negra habitual”, tentando construir a imagem de um Obama esbranquiçado e retratando a mulher como objeto sexual.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto até aqui, espera-se ter contribuído para que o professor verifique a necessidade de orientar seus alunos a atentarem para o contexto de produção e de recepção dos textos, suas macroestruturas e microestruturas semânticas para realizarem leituras alternativas, críticas, dos textos que circulam por aí. As revistas, de uma forma geral, são materiais de leitura em que circulam textos mais variados e alguns acenam para posições preconceituosas e conservadoras, como a *Veja*, a *Época*, a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*, excelentes fontes para exercícios de análise crítica.

Sou professor de português na graduação e, geralmente, leciono leitura e produção de textos. Foi desse lugar que partiram as reflexões que trouxe para este ensaio. Afinal, a razão de ser do ensino de português é a formação do leitor e do escritor, o que propicia ao professor o espaço ideal para provocar reflexões e, assim, ajudar a criar o terreno para mudanças na maneira como os estudantes interagem com os textos.

A Análise Crítica do Discurso possibilita ao professor de português contribuir significativamente para a formação de leitores. Van Dijk reforça isso ao afirmar que os estudos críticos do discurso “podem e devem intervir na educação discursiva de profissionais para mostrar como os discursos públicos das elites podem influenciar as mentes dos cidadãos



e como tal influência exerce um papel na reprodução da estrutura social” (DIJK, 2008, p. 34).

Por essa razão, é essencial que o professor de português perceba a importância de se ensinarem as estruturas sintáticas de uma maneira que vá além do sistema linguístico, mostrando aos seus alunos a funcionalidade discursiva dessas estruturas. Além disso, ajudar seus alunos a desenvolverem competência lexical é essencial para que se tornem leitores atentos às escolhas que o produtor textual faz. O trabalho do professor de português é, assim, uma das ferramentas mais fortes para a construção de uma sociedade mais igualitária, no sentido de exigir oportunidades discursivas mais justas para os cidadãos.

## REFERÊNCIAS

BRETON, Philippe. *A manipulação da palavra*. Tradução Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1999. Título original: *La parole manipulée*.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. reimp. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. Título original: *Discourse and social change*.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de semântica*. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática*. São Paulo: Parábola, 2010.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise Crítica do Discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília Ribeiro. *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 19-46.

RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Salvador: P555 Edições / Teatro XVIII, 2005 [1900].

SOUTO MAIOR, Armando. *História do Brasil para o ensino de 2º grau* (antigo colégio e vestibulares). 10. ed. rev. amp. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Atrás da exata calibragem. *Veja*, São Paulo, ed. 2043, n. 2, p. 106, 16 jan. 2008.

VAN DIJK, Teun. *Discurso e poder*. Tradução Judith Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2008. Título original: *Discourse and power*.

\_\_\_\_\_. Critical discourse studies: a sociocognitive approach. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (orgs.). *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. Los Angeles: Sage, 2009. p. 62-86.